



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS, CENTRAIS SINDICAIS E PARTIDOS POLÍTICOS: A EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA DA FRENTE BRASIL POPULAR

Francisca Genilce Gomes¹

Resumo: O artigo apresenta o estudo da Frente Brasil Popular-FBP (2013-2106), o contexto e antecedentes de fundação. As articulações entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos, e as tentativas de resistir à ofensiva de implementação do projeto neoliberal no Brasil, em uma conjuntura de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Frente Brasil Popular, Articulação e resistência.

Abstract: The article presents the study of the Popular Front Brazil-FBP (2013-2106), the context and antecedents of foundation. The links between social movements, trade union centrals and political parties, and the attempts to resist the offensive of implementing the neoliberal project in Brazil, in a conjuncture of withdrawal of rights of the working class.

Keywords: Popular Brazil Front, Links and resistance.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da pesquisa de doutoramento em Serviço Social no programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao longo do processo histórico, os movimentos dos trabalhadores e suas organizações fizeram, a seu modo, a interpretação da teoria política da formação do capitalismo, do Estado, das diversas formas de exploração e tentaram por muitas vezes alterar essa realidade. “É certo que as armas da crítica não podem substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (Marx, 2005, p.151).

No Brasil, a articulação de movimentos sociais e populares, centrais sindicais e partidos políticos na Frente Brasil Popular tem sido uma tentativa de resistência da ofensiva do projeto neoliberal de retirada de direitos da classe trabalhadora.

A Frente Brasil Popular foi fundada no segundo bimestre de 2015, no contexto histórico pós-manifestações de 2013 e crise do projeto político que estava no governo desde 2002. A gênese da Frente Brasil Popular tem origem no chamado “Grupo Brasil”, reunido em São Paulo, oriundo dos movimentos sociais. Foi concebida como um projeto estratégico de diferentes forças, entre elas a Central de Movimentos Populares-CMP, Central Única dos

¹ Estudante de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade de São Paulo, E-mail: fgenilcegomes@uol.com.br.

Trabalhadores-CUT, Central Trabalhadores Brasileiros-CTB, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST e, também, Partido dos Trabalhadores-PT, Partido Comunista do Brasil-PCdoB, Partido da Causa Operária-PCO, que defendem um projeto democrático popular. Hoje a FBP conta com mais de 70 organizações.

A fundação e proposição da FBP ocorrem em um momento de acirramento social e político da sociedade brasileira, que tem seu nascedouro nas manifestações de junho de 2013, perpassa as eleições presidenciais de 2014 e tem continuidade pós eleição, golpe de 2016 e pós golpe, em um contexto de aprofundamento do projeto neoliberal no país.

As mudanças resultantes dos anos de governo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roulsef afetaram em profundidade vários planos da sociedade brasileira. Os estudos de Bering (2006), Souza (2017), Avritzer (2016), Singer (2009) entre outros, mostram as transformações no Estado e na sociedade civil, assim como os impactos nos processos e dinâmica dos movimentos sociais, populares e de partidos, no que concerne à participação.

Na conjuntura (já longa) que se abriu, a partir da primeira década do século XXI, um fato que se descortinou para diferentes movimentos foi o aumento de leques de fórum de participação na discussão de políticas públicas. (Lopes e Heredia, 2014, p.34). Os movimentos fizeram parte dessa estratégia de governo participativo, embora indagassem sobre os avanços e limitações desses espaços.

A Frente Brasil Popular se insere no contexto de disputa de projetos societários (Dagnino e Panfichi, 2006) distintos como um importante sujeito coletivo de organização. Sua atuação se dá de maneira complexa, pois envolve a articulação, mobilização e organização de sujeitos coletivos e sociais diversos para ações políticas conjuntas, em um momento atípico da vida nacional e da conjuntura econômica internacional.

A Frente Brasil Popular torna-se um objeto de pesquisa visto que se estabeleceu como importante sujeito político coletivo na conjuntura do Brasil, neste momento de disputa de projetos societários e de luta de classe. A importância do estudo da Frente Brasil Popular dar-se-á, mais especificamente, por apresentar-se no formato de frente que congrega e articula os mais diversos movimentos sociais, populares, centrais sindicais e partidos; também por ter sido gestada no bojo das manifestações (2013 a 2015), em uma conjuntura histórica, inédita e com elevado grau de participação, fatos esses que têm gerado na academia, na mídia e sociedade, debates em torno do real significado de tais acontecimentos e manifestações que tomaram o cenário das ruas do Brasil, sobretudo a indagação quanto aos desdobramentos e incidência no contexto político a longo prazo.

Nesse sentido, considera-se importante a contribuição e ampliação das produções acadêmicas sobre as articulações e a Frente Brasil Popular. Portanto, a pesquisa sobre a Frente Brasil Popular se insere no campo dos estudos sobre a organização, articulação e

projetos estratégicos dos movimentos sociais e populares, centrais sindicais e partidos políticos na disputa pela hegemonia e projetos políticos distintos.

Em um contexto de um país em que sempre foi escassa a experiência de participação popular nas decisões dos temas nacionais, bem como na apropriação do espaço público pela maioria da sua população. Fato esse que, conseqüentemente, levou à debilidade da consolidação da democracia, permanecendo ainda, como salienta Chauí (2000), velhas práticas de clientelismo, mandonismo e apadrinhamento político. No entanto, para analisar a fundação e articulação da FBP, há que se ater às especificidades da formação política, social e econômica do Brasil, um país que passou por mais de trezentos anos de escravidão negra e está há cento e trinta anos (1888) do fim desse sistema, além de ter passado por 21 anos de Ditadura Civil Militar (1964 a 1985). Tendo em vista as peculiaridades históricas dessa formação, seja como nação, seja como sociedade civil, vemos expressa a disputa de hegemonia e de projetos políticos distintos. Exposta a complexidade dessa temática e aos estudos sobre dimensão e particularidades de formação da FBP, salientamos que somente a escrita de um artigo não conseguirá abordar todos os tópicos de um tema tão profundo.

2. FRENTE BRASIL POPULAR: ARTICULADORA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, CENTRAIS SINDICAIS E PARTIDOS POLÍTICOS

Considerando que um dos objetivos da constituição da FBP é a articulação dos movimentos sociais populares, centrais sindicais e partidos políticos, entende-se necessário apreender as referências para a compreensão desse conceito. Buscou-se apoio em Lavallo, Castello e Bichir (2006) as bases dessa concepção das entidades articuladoras de movimentos sociais. Para os autores, as articuladoras instituem com outras associações feições para o entendimento do papel desse novo ator.

O contexto histórico das articuladoras situa-se no processo de elaboração da Constituição de 1988, os movimentos sociais e populares, os partidos, as entidades de classes, enfim, uma gama de atores sociais, articularam-se para aprovar leis que contemplassem suas demandas e, para tanto, constituíram articulações para alcançar seus objetivos. Para Lopes e Heredia,

Não há movimento (...) que não tenha uma referência fundamental em direitos que, consolidados ou não, que não foram objetos de luta na Constituição de 1988. A Carta de 88 é, assim, o marcador temporal mais importante como evento e texto síntese das lutas, construídas desde a ditadura e seus relativos êxitos. Praticamente todos os movimentos foram afetados, se não em suas reivindicações centrais e diretas, ao menos por favorecimento de acesso indireto a direitos (na facilitação à associatividade, nas formas de acesso a ações populares, no recurso ao Ministério Público etc.). Do movimento sindical ao movimento indígena, das mulheres ao então movimento homossexual (este não contemplado em sua reivindicação da luta contra a discriminação por orientação sexual, que seria incluída no texto ao lado daquele

sobre discriminação de classe e racial), não há movimento indiferente aos resultados expressos no texto constitucional. (Lopes, Heredia, 2014, p.28)

Atuar de forma articulada foi a estratégia daquele momento para os diversos movimentos que operam de forma fragmentada em suas lutas e reivindicações. Possuem esse perfil, dentre outros, a Associação Brasileira de ONGs (Abong), uma articuladora de organizações não governamentais; a União Nacional de Movimentos de Moradia (UNMM), que se constitui como um movimento nacional e também articuladora de movimentos de moradia; os movimentos feministas, que se organizam em redes de ONGs; a Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas; a Rede Nacional Feminista de Saúde de Direitos Sexuais e Reprodutivos; a Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania (Cooperapic) e a Central de Movimentos Populares, cuja natureza é ser articuladora de movimentos populares. Assim como as centrais sindicais que, além representarem, articulam os sindicatos.

Os pesquisadores, Lavalle, Castello, Bichir (2004) descrevem essa trajetória e identificam novos arranjos institucionais e novas formas de articulação, de maneira a desmistificar o misterioso desaparecimento dos movimentos sociais no debate acadêmico dos anos 1990, após a grande expectativa depositada neles na década de 1980. Os autores mostram que os movimentos sociais continuaram no cenário da ação coletiva, com considerável vitalidade e sustentam, ainda, que “os movimentos sociais mantiveram seu protagonismo no cenário da ação coletiva. No entanto, esse protagonismo é hoje compartilhado com novos atores ‘articuladoras’ —, criados majoritariamente nos anos 1990 por outros atores da sociedade civil” (2004, p. 2). Esses mesmos autores defendem que a novidade do início dos anos 1990 foi a forma de organização das entidades, que passaram a ser articuladoras. Argumentam que elas são compostas de:

(...) atores com capacidade de coordenar e impulsionar as agendas dos seus membros, bem como de representá-los perante o poder público e perante outros atores políticos, econômicos e inclusive civis. Embora não surpreenda a alta centralidade das articuladoras (...) dada sua qualidade de entidades cujos públicos são outras entidades, os resultados atestam o sucesso das iniciativas de criação desse novo tipo de atores nos últimos anos. Os efeitos de seu caráter de organizações de sócios ou membros institucionais também transparecem na análise relacional: elas são relativamente distantes do universo mais amplo de entidades com as quais mantêm relações e acusam capacidade limitada de alcançar outros atores plausivelmente além dos seus próprios membros. Como as organizações populares, e por motivos semelhantes alta centralidade acompanhada de vínculos com algum tipo de entidade periférico, as articuladoras sustentam relações marcadas pela assimetria. (Lavalle, Castello e Bichir, 2006, p.41-42)

Os autores destacam que a especificidade das articuladoras é o seu nascedouro. Esse diferencial as distingue, uma vez que tem a função de coordenar as ações de diversos atores, além de representar seus interesses. Os autores consideram que as articuladoras ocupam a centralidade no conjunto das organizações civis, quanto à sua relevância para cada tipo de entidade, e, em especial, para atores periféricos.

Os autores salientam que as organizações articuladoras se distanciam de outras formas, como por exemplo: as redes, as ONGs, os movimentos sociais de moradia, reforma urbana, saúde, entre outros, que se aglutinam para juntar força na incidência política. Neste sentido, reafirmamos que nosso objeto de pesquisa, a FBP, se constitui em articuladora, além disso, carrega uma dimensão estratégica e política, abarcando temas comuns e temporais, além de se situar no campo social de resistência às mudanças na sociedade desde de 2013 ao golpe de 2016.

2.1. A fundação da Frente Brasil Popular

Não obstante os problemas econômicos e sociais vividos nas últimas décadas, a trajetória econômica brasileira apresenta índices de crescimento, desenvolvimento e modernização surpreendentes. Belluzzo discorre sobre essas mudanças:

(...) apesar da desarticulação do sistema industrial com repercussões extremamente danosas à nossa economia. As políticas sociais dos últimos anos promoveram a melhora da qualidade de vida em parte significativa da população. A renda média do trabalhador cresceu 14%, entre 1993 e 2002, e 58% de 2002 a 2014. (Belluzzo, 2016, p.256)

Sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, o autor enfatiza: o Pnad calculava 22 milhões de indivíduos extremamente pobres no Brasil em 1995. Esse número eleva-se para 26 milhões, em 2003, e cai para 8 milhões, em 2014. Em 1995, o número de pobres no Brasil era de 51 milhões. Subiu para 61 milhões em 2003, e caiu a 25 milhões em 2014. (Belluzzo, 2016, p.256). Neste período, o Brasil ocupa um lugar de destaque na economia mundial com notória inserção social, ainda que insuficiente, visto que sua população tem vivido séculos patamares medíocres de desenvolvimento humano e social. Há ainda uma forte concentração de renda e da propriedade privada dos meios de produção, como um claro sintoma de que o processo de crescimento ou modernização não foi capaz de combater o cenário onde milhões vivem abaixo da linha da pobreza, sem-terra, sem moradia e sem trabalho. A população, em grande parte expulsa do campo pelo latifúndio, pela mecanização da agricultura e por falta de condições de trabalho para a agricultura familiar, tem as cidades como espaço de sobrevivência em busca de dias mais promissores.

O êxodo rural deu surgimento aos grandes centros urbanos, onde proliferam as favelas e bairros periféricos sem infraestrutura, mergulhados na poluição e na violência, expressos em indicadores sociais que apontam a existência de vastos bolsões de miséria e exclusão. Problemas estruturais agravados pela falta de planejamento urbano, de investimentos em políticas públicas e pela especulação imobiliária. Esse conflito, segundo Marx, está na raiz do modo de produção capitalista.

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz e quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. O trabalho não produz só mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadorias, e isto na medida em que produz de fato, mercadorias em geral. (Marx, 2008, p.80)

Os efeitos da orientação neoliberal dos anos 1990 são visíveis no aumento da pobreza e acentuação e desnacionalização da economia; a transferência de patrimônio público, por meio das privatizações; a destituição de direitos de cidadania; o aumento da violência nos grandes centros urbanos; a abertura indiscriminada das economias pelo livre comércio; o abandono dos projetos de desenvolvimento nacionais e a desregulamentação da economia.

A criação de um Estado mínimo, que “estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas *não joga*”, nas palavras de Ianni (2004, p.313-314), é um cenário baseado no pressuposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O léxico do momento é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta os mercados nacionais, regionais e mundiais. (Ianni, 2004, p.313-314)

Nos anos 90, a economia brasileira incorporou explicitamente o Consenso de Washington². Entramos na era da globalização que, apesar de ser apresentada como um fenômeno de abertura simultânea das economias, resultaria numa mundialização homogênea e seletiva visando a determinadas regiões, atividades e segmentos sociais.

A conjuntura no Brasil no ano de 2002 começa com perspectivas de mudanças, tendo em vista a chegada à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, apoiado em um leque de alianças partidárias compromissada com setores díspares da sociedade. Os dois mandatos³ do governo Lula ainda carecem de análises que permitam compreender indicativos que ainda são muito controversos do ponto de vista das mudanças estruturais e pontuais ocorridas na vida da população brasileira. Encerrado os anos do governo Lula e com a eleição da sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff (2010), abre-se um patamar de expectativas com relação ao governo da primeira mulher presidente da história.

O ano de 2013 é crucial para o governo que vê expresso nas ruas as insatisfações populares. A princípio organizadas pelo Movimento Passe Livre, as manifestações por fim se desdobram em dois movimentos políticos de apoio e de oposição ao governo no poder.

² Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados — FMI, Banco Mundial e BID — especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington".

³ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito no segundo turno em 31 de outubro de 2010.

Se a princípio a bandeira era o combate à corrupção, as pautas foram transformadas ao passar do tempo. Vainer descreve, assim, os fatos de 2013,

Governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em julho. Pela rapidez com que se espraiara, pelas multidões que mobilizaram, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocaram os grandes e raros momentos na história em que mudanças e rupturas pareciam inimagináveis até a véspera dos acontecimentos, e esses se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabaram transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis. (Vainer, 2013, p.36)

O ano de 2014 foi marcado pela disputa eleitoral entre forças sociais radicalizadas desde as manifestações de 2013. O pleito eleitoral resultou na reeleição⁴ da presidente Dilma Rouseff.

Já nos primeiros meses do governo (2015), no entanto, grupos de oposição ao governo aventam pedir o impedimento da presidente recém empossada e agendam manifestação para o dia 15 de março. Esses acontecimentos expressam um cenário conjuntural de crise dos partidos e de representatividade. No sentido contrário a oposição, representada por um conjunto de entidades, entre as quais CUT (Central Única dos Trabalhadores), CMP (Central de Movimentos Populares) e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), articula e mobiliza manifestações dois dias antes — 13 de março, portanto — chamado de *Dia Nacional de Mobilização*⁵, cujos temas foram: defesa da democracia, da Petrobras e dos direitos sociais.

Os movimentos sociais presentes no 13 de março 2015 sinalizaram, nas pautas apresentadas, contrariedade com a política econômica, as alianças partidárias estabelecidas para a governabilidade e a composição de ministério anunciado pela presidente. As principais bandeiras que unificaram e possibilitaram a mobilização de milhares de movimentos no dia 13 de março expressam ambiguidade: de um lado, defesa da democracia (contra o golpe); defesa da Petrobras; do outro, a defesa dos direitos sociais (nenhum direito a menos); reformas estruturais, contra o ajuste fiscal, Fora Levy e Fora Cunha. Os movimentos sociais foram às ruas, em oposição aos grupos que defendiam o impeachment da presidente Dilma, ao mesmo tempo se posicionaram contra os ataques aos direitos sociais, defesa pública e autônoma da necessidade de outra política de retomada do crescimento econômico, proteção ao emprego, crédito, distribuição de renda, inclusão social, manutenção dos programas sociais e investimentos em infraestrutura.

⁴ Eleição segundo turno 26 de outubro de 2014. A posse exercício para segundo mandato de Dilma Rouseff como presidente da República Federativa do Brasil aconteceu no dia 1º de janeiro de 2015. Informação do boletim da FBP.

⁵ Informação do boletim da FBP

As manifestações de treze e quinze de março foram uma prévia do que seria o ano de 2015 e o breve segundo governo da presidente Dilma que foi encerrado com um golpe parlamentar, midiático, jurídico, político e do capitalismo nacional e internacional em 31 de agosto de 2016.

No dia 31 de agosto de 2016, ocorreu o impeachment da Presidenta Dilma Rouseff.

O Congresso Nacional com aval do Supremo Tribunal Federal. A oligarquia burguesa dominante, hegemônica pela fração rentista (incluindo a dita burguesia interna e a burguesia do agrobusiness), com apoio da máfia política do PMDB, liderando o bloco da maioria do Congresso Nacional, e aliada à casta judiciária no interior do aparelho do Estado (Poder Judiciário e MPF); e Mídia Golpista hegemônica a opinião pública de “classe média”(nos lares com panelaços e nas ruas com camisas verde-amarela), propiciaram as condições sociais(e psicológicas) para a deposição infame da Presidenta da República com a esdrúxula acusação de crime de responsabilidade.(Alves, 2017,p.13)

2.2. Frente Brasil Popular — articulação e resistência

Nesse cenário de disputa, participação, mobilizações e articulações e resistências , surge a Frente Brasil Popular, criada em Belo Horizonte MG, no dia cinco de setembro de 2015, com a participação de 2.500 representantes de 66 organizações dos mais diversos movimentos sociais brasileiros, entre os quais a Central Única dos Trabalhadores-CUT, - Movimento Sem Terra-MST, Central de Movimentos Populares- CMP, União Nacional dos Estudantes-UNE e a Central dos Trabalhadores Brasileiros-CTB, além de partidos como o Partido dos Trabalhadores PT, -Partido Comunista do Brasil -PCdoB, e forças políticas de esquerda e do campo democrático.

O manifesto ao povo brasileiro⁶ expõe os motivos pelos quais há necessidade de criação da FBP, diante de um momento de crise do capitalismo internacional, com ressonância em vários países vizinhos e no Brasil, bem como do grave perigo de perda de direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro:

(...) ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos. Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular.
(<http://www.pt.org.br/frente-brasil-popular-apresenta-manifesto-ao-povo-brasileiro/> Acesso: 28/06/2018, 11h.)

⁶ Manifesto ao Povo Brasileiro, resolução da Conferência Nacional Popular, realizada em Belo Horizonte (MG).

As pautas da FBP têm mudado desde a sua fundação. Em 2015, a bandeira dos movimentos demonstrava a autonomia dos movimentos frente ao governo Dilma Rousseff: de um lado, defesa da democracia (contra o golpe); da Petrobras; dos direitos sociais (nenhum direito a menos); por reformas estruturais, do outro lado, a contrariedade com o ajuste fiscal, e as palavras de ordem Fora Levy e Fora Cunha. Os movimentos sociais foram às ruas, em oposição aos grupos que defendiam o impeachment da presidente Dilma, ao mesmo tempo se posicionaram contra os ataques aos direitos sociais, defesa pública, autônoma da necessidade de outra política de retomada do crescimento econômico, proteção ao emprego, crédito, distribuição de renda, inclusão social, manutenção dos programas sociais e investimentos em infraestrutura.

Nos poucos anos de existência, a FBP construiu um legado e não há como falar na resistência ao golpe sem mencionar a FBP. Neste sentido, desempenhou um importante papel na oposição ao golpe e se consolidou como uma importante articuladora de setores progressistas da sociedade. Além disso, no pós-golpe empunhou a bandeira do Fora Temer e se posicionou contra as reformas do ensino médio, a PEC 55, as reformas trabalhista e da previdência, a terceirização e a venda do pré-sal, fez a defesa das eleições Diretas Já e apresentou o plano de emergência cujo objetivo é superar a crise.

As mobilizações de 2016 se concentraram contra o golpe e as teses da direita conservadora como: a homofobia, fascismo e a retirada dos direitos. Infelizmente o golpe foi impetrado, no entanto a frente esteve nas ruas e se posicionou como uma das principais protagonistas na resistência ao golpe, ainda que as mobilizações tenham sido aquém do necessário para barrar a sanha golpista e avanço da direita.

Para tratar destas pautas, a FBP realizou a II Conferência Nacional: Unidade e Luta por Democracia, Direitos e Soberania⁷. Segundo a convocação para o evento, os objetivos do encontro foram: aprofundar a leitura da conjuntura nacional e internacional, compreender a correlação de forças na sociedade, ou seja, a movimentação das forças inimigas e os desafios políticos das forças democráticas e populares; refletir sobre a natureza, o método de convocação e a organização das lutas de massas, bem como analisar em como proceder para fazer uma construção de uma narrativa contra hegemônica. Na Conferência buscou-se, ainda, aprofundar a compreensão sobre a natureza da FBP, identificando os seus desafios políticos e organizativos. Além disso, avançar na elaboração programática da FBP, considerando as várias iniciativas de formulação de projeto de país em curso. Por último,

⁷ II Conferência Nacional: Unidade e Luta por Democracia, Direitos e Soberania; dias 9 e 10 de dezembro de 2017, em Guararemas, na Escola Nacional Florestan Fernandes

deliberar um plano de lutas e a construção de uma meta-síntese política-organizativa da FBP para 2018.

Ao elencar os desafios para o próximo período, está a do aprendizado com as experiências vividas até aqui, ou seja, de que, para barrar os retrocessos, só com a classe trabalhadora na rua. Neste sentido, a FBP tem colocado o desafio de investimento no trabalho de base, formação política, aposta nas articulações e mobilizações para incidir na conjuntura e mudar a correlação de forças postas na sociedade. Além disso, lutar por reformas que mudem as estruturas e transcendam os governos e que estejam enraizadas nos estados, nos municípios e nos bairros, ampliando sua capacidade de mobilização, e não ficar atrelada aos objetivos eleitorais, já que o próximo período é de eleições gerais.

A FBP tem contribuído para a unidade das forças progressistas e populares, expressada de forma contundente na greve geral de 28 de abril de 2017, demonstrando a importância da retomada das ruas. Os primeiros anos de formação da FBP tiveram como marca a resistência às reformas - a trabalhista e a previdenciária: a primeira vitoriosa e a segunda adiada em virtude da conjuntura de um ano eleitoral. No presente, a FBP continua resistindo ao golpe que, a princípio, parecia ser contra um partido (PT) e a Presidenta Dilma Rousseff, mas se configurou uma das fases de mais retrocessos e retiradas dos direitos dos trabalhadores. A FBP está na campanha pela liberdade do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva ⁸e pela defesa da democracia, na organização interna, o Congresso do povo, processo de articulação das bases para avaliar a conjuntura atual e pensar as saídas para a crise econômica, social, política instalada no país.

Em síntese, a temática da fundação da Frente Brasil Popular e formas de articulação e resistência, às mudanças ocorridas no Brasil na segunda década do século XXI, aqui apresentada é multifacetada, cabendo a futuros aprofundar questões, tais como:

Quais fatores (no Brasil e mundo) fazem emergir a necessidade de formação de uma frente como a Frente Brasil Popular, considerando que já existem as centrais e as articulações específicas dos movimentos populares?

Quais são os elementos comuns de aglutinação em frente?

Como são feitas as articulações para fundação de uma frente?

Quais são as novas chaves teóricas para estudar os movimentos sociais, articulações e formação de frente?

Qual o projeto societário que organiza e orienta a articulação da Frente Brasil Popular?

⁸ Preso em 7 de abril de 2018

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou a compreensão da formação da FBP: os antecedentes da sua criação, a forma de articulação e de resistência, no contexto de país que tem historicamente vivenciado transformações, disputas de projetos políticos e conflitos no campo institucional, político, social e econômico. As primeiras décadas do presente século, as transformações advindas da eleição na esfera federal de sucessivos (2002,2006,2010,2014) governos do campo democrático popular (ponderando o leque de alianças) acirraram essas disputadas. O ano de 2013 foi um marcador importante face o volume de manifestações, a forma de tomada das ruas, em movimentos que ainda carecem de estudos para compreensão dessa nova realidade. Tais acontecimentos tiveram como desdobramento uma exasperada campanha eleitoral (2014), um período de resistência ao golpe e retirada dos direitos (2015) e, finalmente, o golpe de 2016. Diante desse cenário da segunda década, os movimentos sociais e populares, centrais sindicais e partidos políticos do campo democrático, embora combatidos, por anos de criminalização da política, e das lutas contra os retrocessos institucionais, sociais e políticos e econômicos que atingem parte da sociedade, desenvolveram uma forma de articulação e de resistência - a FBP. Apesar do desgaste dos partidos políticos, criminalização promovida por parte considerável do Poder Judiciário (Ministério Público, Polícia Federal) e mídia, os movimentos sociais e partidos políticos articulados em torno da Frente Brasil Popular (FBP) permaneceram na cena política no enfrentamento e na resistência à conjuntura de retrocessos.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 52-84. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/04.pdf>.

ALVES, G. **A enciclopédia do golpe-** Vol. 1/ et al. (coord.).-Bauru, canal 6, 2017
ABRAMIDES, M. B. C.e DURIGUETTO, M. L. (org). **Movimentos Sociais e Serviço Social: Uma relação necessária.** Cortez Editora. São Paulo. 2014.

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço em debate.** Lua Nova, São Paulo.2009.

ALVAREZ, S E.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2016.

BEHRING, E. R. & BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2ª Ed., 2007 (Biblioteca básica do serviço social; v. 2).

DAGNINO, E. e TATAGIBA, L. (Orgs). 2007. **Democracia, sociedade civil e participação**. Argos Editora Universitária. Chapecó/SC.

DAGNINO, E., Alberto J.,P., A. (Orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas (SP): Paz e Terra: Unicamp,2006.

_____, **Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: Mato Daniel (coord.) Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalização,.Caracas:Faces-Universidad Central de Venezuela,2004,Disponível em:

<http://www.plataformademocratica.org/Publicações/3909.pdf>

DURIGUETTO, M. L. e. MONTAÑO, C.; **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GURZA LAVALLE, A; CASTELLO, G.; BICHR, R.. Movimentos Sociais e Articuladoras no Associativismo do Século XXI. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (Org.). **São Paulo: novos percursos e atores: sociedade, cultura e política**. São Paulo: editora 34/CEM, 2011, p. 253-275.

LOPES, J.S. L. e HEREDIA, B. M; ALASIA (org.); **Movimentos Sociais e esfera Pública: mundo da participação, burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro:CBAE,2014.

MARICATO, E.,{et al.}.**Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil/** -1.ed.-São Paulo: Boitempo: Carta Maior,2013.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo,2008.

_____.**Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução, apresentação e notas Ru-bens Ederle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Backes. São Paulo: Boi-tempo,2005

PRONER, C., CITTADINO, G., TENNEMBAUM, M. e Filho, **RAMOS, W.** (org). **A resistência ao golpe de 2016**.-Bauru: Canal 6, 2016, (Projeto Editorial Práxis)

SINGER, A. **As raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Novos Estudos.CE-BRAP,85, novembro 2009.

Documentos da Frente Brasil Popular consultados:

Manifesto de fundação da Frente Brasil Popular. Belo Horizonte-M.G.,2015

Convocatória para a II Conferência da Frente Brasil Popular. Guararema-SP,2017.

